

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.115.629 - AP (2017/0135379-9)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : SINDICATO DE ENFERMAGEM E TRABALHADORES DE SAUDE DO AMAPA
ADVOGADOS : JOSÉ LUIS WAGNER - RS018097
DAVI IVÃ MARTINS DA SILVA - AP001648A
ANSELMO JOSÉ DA COSTA PAES E OUTRO(S) - AP002659
AGRAVADO : ESTADO DO AMAPÁ
PROCURADOR : THIAGO LIMA ALBUQUERQUE E OUTRO(S) - AP001676B

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por Sindicato de Enfermagem e Trabalhadores de Saúde do Amapá - Sindesaúde contra decisão que não admitiu o recurso especial com fundamento nos óbices das Súmulas 7 e 211 do STJ e na afirmativa de que não cabe recurso especial contra violação de súmula.

Impugnada especificamente a decisão, conheço do agravo e passo à análise do recurso especial.

O apelo nobre foi manejado com base na alínea "a" do permissivo constitucional contra acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 300):

AÇÃO ORDINÁRIA – SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL – DIREITO DE GREVE – VIOLAÇÃO ÀS FORMALIDADES LEGAIS – JULGAMENTO DO MÉRITO DA AÇÃO – AGRAVO REGIMENTAL PREJUDICADO. 1) Configura-se ilegal e abusiva a greve do servidor público, quando não são observadas as formalidades legais exigidas para a deflagração do movimento; 2) Agravo regimental prejudicado; 3) Ação ordinária conhecida e julgada procedente.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 323-327).

O recorrente alega violação dos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, II, do CPC, porquanto o Tribunal de origem não sanou as omissões apontadas nos embargos de declaração. Assim, omitiu-se quanto: a) à legalidade do movimento; e b) ao critério objetivo (percentual exato) a ser utilizado para manutenção dos serviços na lei de greve, ressalta que não ficou comprovado o despeito por parte dos servidores da manutenção dos serviços essenciais.

Aponta malferimento do art. 1.026, § 2º, do CPC e da Súmula 98 do STJ, uma vez que não foi correta a fixação de multa, pois inexiste o caráter procrastinatório do insurgente.

Sustenta afronta aos arts. 1º, 2º, 11, da Lei n. 7.783/1989, afirmando que não foi apurado se houve interrupção da prestação do serviço e nem quantos servidores permaneceram em atividade garantindo a continuidade do serviço.

Superior Tribunal de Justiça

Aduz, ainda, que não houve configuração de danos ao erário em decorrência da paralisação parcial dos serviços prestados, assim, não há o que se falar em indenização, em conformidade com os arts. 186, 187, 927, 944 do Código Civil. Salienta que atendeu todos os requisitos necessários para a legalidade do movimento paredista.

É o relatório.

O insurgente alega malferimento dos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, II, do CPC, porquanto o Tribunal de origem teria se omitido acerca do percentual exato a ser utilizado para manutenção dos serviços e sobre a legalidade do movimento. Entretanto, o acórdão recorrido analisou a insurgência, conforme se depreende do trecho colacionado (e-STJ, fl. 306):

Contudo, não definiu número suficiente do efetivo dos profissionais a permanecerem em atividade, com vistas a garantir a prestação dos serviços e atividades indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

E, em que pese a Lei n. 7.783/89 não definir o percentual mínimo a ser mantido para o exercício do direito à greve, entendo que devem ser mantidos, no mínimo, de 80% (oitenta por cento) do efetivo dos profissionais em atividade, acaso a paralisação seja deflagrada.

Dessa forma, não há qualquer omissão, obscuridade ou contrariedade na decisão proferida pela instância ordinária. O Tribunal de origem dirimiu fundamentadamente as questões que lhe foram submetidas, aplicando a legislação à espécie.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 1.022 DO NCPC NÃO CARACTERIZADA. INTERESSE DE AGIR RECONHECIDO. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO VERIFICADO. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. ANÁLISE DE LEI LOCAL. INVIABILIDADE. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 280/STF. FIXAÇÃO DE ASTREINTES CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDUÇÃO DO QUANTUM FIXADO. IMPOSSIBILIDADE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.

1. Inexiste violação do art. 1.022 do NCPC, na medida em que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide, fundamentando seu proceder de acordo com os fatos apresentados e com a interpretação dos regramentos legais que entendeu aplicáveis, demonstrando as razões de seu convencimento.

2. Modificar a conclusão a que chegou a Corte de origem quanto ao interesse de agir da parte autora, de modo a acolher a tese do recorrente, demanda reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é inviável em Recurso Especial, sob pena de violação da Súmula 7 do STJ.

3. O STJ tem entendimento firmado no sentido de que não há cerceamento

de defesa quando o julgador considera desnecessária a produção de prova, mediante a existência nos autos de elementos suficientes para a formação de seu convencimento. Aferir eventual necessidade de produção de prova demanda revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado em Recurso Especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

4. O Tribunal de origem, com base na análise da legislação municipal (Leis Complementares Municipais 832/2010 e 833/2010 e Leis Municipais 900/2013, 921/2014 e 925/2014), concluiu que "resta patente o pagamento a menor pelo Município". Incide, por analogia, o óbice da Súmula 280/STF: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário."

5. A jurisprudência do STJ formou-se no sentido de que é possível ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, fixar multa diária cominatória - astreintes -, ainda que contra a Fazenda Pública, em caso de descumprimento de obrigação de fazer. Precedentes: AgRg no REsp 1.352.877/SP, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 18/03/2013; AgRg no AREsp 267.358/CE, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 22/05/2013.

6. É firme a jurisprudência do STJ no sentido de não ser possível, por meio de Recurso Especial, a revisão do critério de justiça e equidade utilizado pelas instâncias ordinárias para fixação da verba advocatícia, por depender tal providência da reapreciação dos elementos fático-probatórios do caso concreto.

7. Excetadas as hipóteses em que o valor afigura-se manifestamente ínfimo ou exorbitante, o que não se verifica na espécie, sua majoração ou redução atrai a incidência da Súmula 7/STJ.

8. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido. (REsp 1.654.994/SE, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 25/4/2017)

No tocante à multa aplicada pela instância ordinária, conforme já exposto, os embargos de declaração se prestam para sanar omissão, contradição e obscuridade, o que não ocorreu no presente caso, uma vez que a Corte local analisou fundamentadamente a controvérsia. Dessa forma, presente o caráter protelatório dos embargos de declaração opostos, passível, portanto, a aplicação de multa pela instância ordinária, nos termos do art. 1.026, § 2º, do CPC.

Analisar os critérios da instância ordinária para aplicação da multa, depende do reexame de provas, o que não é possível na via eleita, em virtude do óbice da Súmula 7/STJ.

Com relação à afirmativa de que não foi apurado se houve interrupção da prestação do serviço e nem quantos servidores permaneceram em atividade, garantindo a continuidade do serviço, o Tribunal de origem entendeu que (e-STJ, fl. 306):

Contudo, não definiu número suficiente do efetivo dos profissionais a permanecerem em atividade, com vistas a garantir a prestação dos serviços e atividades indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da

Superior Tribunal de Justiça

comunidade.

E, em que pese a Lei n. 7.783/89 não definir o percentual mínimo a ser mantido para o exercício do direito à greve, entendo que devem ser mantidos, no mínimo, de 80% (oitenta por cento) do efetivo dos profissionais em atividade, acaso a paralisação seja deflagrada.

Rever o entendimento da instância ordinária nesse ponto implica o imprescindível reexame das provas constantes dos autos, o que é defeso em apelo extremo, ante o que preceitua a Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Verifico que a matéria referente aos arts. 186, 187, 927 e 944 do Código Civil, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem. Desse modo, carece o tema do indispensável prequestionamento viabilizador do recurso especial, motivo pelo qual não merece ser apreciado, consoante o que preceituam as Súmulas 211 desta Corte e 282 do Supremo Tribunal Federal.

Por fim, para fins do art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator